

PINGA-FOGO

■ R\$ 72 MILHÕES APROVADOS SEM PROJETO - O Fundo Soberano do Estado do Rio de Janeiro aprovou proposta da Secretaria Estadual de Educação e vai destinar R\$ 72 milhões para a capacitação de professores que atenderão alunos autistas.

■ Trata-se da maior verba destinada pelo poder público para a causa dos autistas. O projeto ainda vai ser elaborado, apesar de já ter os recursos aprovados, após o censo que será realizado para descobrir quantos alunos com síndrome autista estão matriculados na rede estadual de educação. O valor recorde de R\$ 72.000.000,00 (setenta e dois milhões de reais), equivalente a US\$ 12 milhões de dólares, foi aprovado pela comissão do Fundo Soberano na primeira quinzena de maio de 2025 e será o maior investimento realizado para este segmento da sociedade.

■ O Fundo Soberano do Estado possui um saldo de R\$ 2,8 bilhões e tem sido usado para bancar grandes projetos, aliviando o orçamento do estado.

■ Trata-se de uma iniciativa que deve ser implantada pela Secretaria Estadual de Educação e deverá capacitar professores da rede estadual. Pelas características especiais, o projeto, que ainda não foi elaborado e nem quantificado ao universo de alunos autistas no estado, pode ser agilizadocom a participação da sociedade civil organizada e de entidades que cuidam da causa e fazer um chamamento para que o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e o Tribunal de Contas do Estado -TCE, acompanhem o uso dos R\$ 72 milhões que serão sacados do Fundo Soberano, com a justificativa de melhorar o atendimento às crianças autistas da rede pública estadual.

■ Esta é a maior verba já destinada por um estado para atender alunos autistas no Brasil e na América do Sul. São 12 milhões de dólares para serem aplicados em uma causa nobre e por isso a necessidade de transparência absoluta para que cada centavo seja aplicado corretamente, ainda mais tratando-se de um valor oriundo do fundo soberano do estado.



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita

Governadores Cláudio Castro e Eduardo Leite em diálogo com o presidente do Senado

Fotos Divulgação

O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, esteve em Brasília nesta terça-feira, 20 de maio, para um encontro na residência oficial do Senado, com o presidente Davi Alcolumbre e o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite. Na ocasião, Castro tratou sobre o Propag — Programa de Plano Pagamento de Dívidas dos Estados. “Fui batalhar pelo Propag”, ressaltou Castro, pelas redes sociais.

Com foco em garantir o equilíbrio das contas públicas e manter a responsabilidade fiscal, o governador fluminense tem se empenhado pessoalmente em buscar apoio na capital federal. “Para que o Rio siga em frente, firme e com as contas em dia, sem abrir mão dos investimentos que a população merece”, afirmou Castro, em clima de otimismo após a reunião.

O registro do encontro reforça a articulação entre lideranças nacionais em torno de soluções estruturais para os estados. A reunião também contou com a presença do presidente do União Brasil, Antônio Rueda.



O governador Cláudio Castro junto ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre



Durante a reunião, os governadores Cláudio Castro (d) e Eduardo Leite (e) discutiram sobre os estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre



O presidente do União Brasil, Antônio Rueda (e), também participou do encontro dos governadores com Alcolumbre

■ O JOGO SÓ ESTÁ COMEÇANDO - Para quem acha que o cenário eleitoral para 2026 está definido é porque não conhece as filigranas da política fluminense. O mesmo se aplica para quem pensa que o cafezinho que está sendo servido no quinto andar do anexo do Guanabara já está frio.

■ Imaginem qual será o cenário, se o governador Cláudio Castro resolver sair de um clima de pressão e resolver ficar até o fim do seu mandato?

■ Os últimos movimentos que ocorreram fazem parte de um delicado tabuleiro de xadrez, onde cada peça deve ser movida com parcimônia, lealdade e companheirismo.

■ CENÁRIO DIFERENTE - Para Eduardo Paes, pré-candidato a Governador em 2026, a permanência de Cláudio Castro até o fim do mandato seria o melhor dos cenários. Lembrando que Eduardo e a esposa Cris sempre mantiveram uma relação cordial com Aneline e Cláudio.

■ “Café quente em gabinete é perspectiva de poder”, lembra uma velha raposa da política fluminense. Alguns dos partidos que estão com o quinhão no estado estão com o pé no governo Paes. Não faltam interlocutores.

■ BANCADA REUNIDA - Os jornalistas Ricardo Bruno (Agenda do Poder) e Claudio Magnavita (Correio da Ma-

nhã) recebem, no próximo dia 10 de junho, os deputados federais da bancada fluminense na Câmara para um coquetel/jantar na Casa do Correio da Manhã, no Lago Sul, em Brasília. O encontro dos parlamentares com os dois mais importantes veículos de comunicação da política do Rio foi definido pelo coordenador da bancada, deputado Áureo Ribeiro. A Casa do Correio da Manhã, na Capital Federal, já está sendo chamada de “embaixada fluminense” em Brasília.

■ DESTINO - A grande ironia do destino é que o coronel Leandro Monteiro, quando deixou a Secretaria da Defesa Civil e o comando geral dos Bombeiros, recebeu a oferta de uma diretoria na Cedae, com

poderes totais. Cargo que poderá ocupar se aceitar o convite que recebeu agora.

■ QUEM ENTENDE? - O vereador Pedro Duarte, reeleito no ano passado com discurso de oposição ao prefeito Eduardo Paes, tem deixado seus eleitores confusos.

■ Há uma semana festejou, com ampla divulgação em suas redes sociais, a filiação do deputado bolsonarista Luiz Lima (ex-PL) ao partido Novo.

■ Agora, anuncia a contratação de Alexandre Rinaldi, filiado ao PSB de Alessandro Molon, partido da base do presidente Lula, para o seu gabinete.

■ Rinaldi é também pupi-

lo de Marcelo Calero, com quem trabalhou na Prefeitura do Rio, e defensor da gestão de Paes. Em 2024, foi candidato a vereador pelo PSB, obtendo 1.833 votos.

■ A dúvida gerada na política carioca é se esses seriam apenas movimentos contraditórios ou parte de uma estratégia ousada para as eleições do próximo ano.

■ INSÔNIA - Passado o clima Pampolha, a agenda da Alerj pode voltar ao clima de CPI. A possibilidade de retorno da agenda tem tirado o sono de ex-secretários da Fazenda, principalmente do Lobo que é “carioquinha” honorário e que ficou quase dois anos sentado na cadeira elétrica.

Fernando Molica

O general e as curvas nas linhas retas da Constituição

Em seu depoimento, o general Marco Antônio Freire Gomes afirmou não ter causado “espécie” o fato de o então presidente Jair Bolsonaro ter apresentado aos comandantes militares texto que previa decretação do Estado de Defesa no Tribunal Superior Eleitoral e a implantação de mecanismos que permitiriam anular a eleição presidencial.

No Supremo Tribunal Federal, o ex-comandante do Exército disse que a minuta golpista foi recebida com tranquilidade porque estava embasada em “aspectos jurídicos, dentro da Constituição”. Mas como achar normal que o presidente da República, derrotado na tentativa de reeleição, reúna os chefes militares e

apresente uma evidente proposta de virada de mesa?

A Constituição é muito clara ao definir as possibilidades de decretação do Estado de Defesa. A medida só pode ocorrer “para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza”.

Nada disso havia naquele 7 de dezembro de 2022, quando Bolsonaro se reuniu com os comandantes militares no Palácio da Alvorada. A única tentativa de bagunçar o coreto institucional partia dos próprios bolsonaristas que fechavam estradas e

— com antuência e estímulo de comandantes militares — promoviam manifestações de viés golpista em áreas de segurança, diante de quartéis.

A minuta é um contrassenso: o presidente buscava uma medida excepcional, com suspensão de garantias constitucionais, para conter a confusão provocada por seus próprios aliados. É como se um juiz de futebol declarasse vencedor um time que, inconformado com a derrota, provocasse um caos no campo de jogo, agredisse os adversários e estimulasse sua torcida a trucidar a da outra equipe.

O fato de os estados de Defesa e de Sítio serem previstos pela Constituição não quer dizer que possam ser acionados de uma

maneira que contrarie a Constituição. Um árbitro não pode sacar cartões amarelos e vermelhos — previstos nas regras do futebol — para punir sem motivos.

Não dá pra se falar em embasamento jurídico que justifique-se a redação de um montrengo como a tal minuta. Também é absurdo falar em análise de cenários, de possibilidades. Não se tratava de um daqueles jogos estratégicos utilizados em cursos militares para simular o ataque do exército A contra o país B. O que havia era um presidente da República que, inconformado pela derrota, tentava arregimentar as forças armadas para a derubada da democracia.

Ainda que tenta procurado justificar o injustificável, Freire

Gomes, porém, contribuiu para a elucidação da trama golpista ao referendar a existência da minuta, ao confirmar que o documento foi apresentado a ele e aos demais comandantes militares.

Foi importante também ter confirmado que, dias depois, diante da insistência de Bolsonaro, ele tenha dito ao presidente que ele seria “enquadrado juridicamente” caso tentasse implantar uma medida ilegal. E ressaltado que o Exército não iria extrapolar sua competência constitucional”. Deu um cartão amarelo para o chefe.

Apesar de, no STF, ter admitido a viabilidade de criação de curvas nas retas que demarcam as quatro linhas da Constituição, Freire Gomes, em seu de-

poimento, comprovou o que se sabia: as tentativas de se provocar um caos na sociedade e que culminaram com o 8 de Janeiro não foram gratuitas.

Os atos estavam ligados à perspectiva de criação de dificuldades institucionais que seriam debeladas por uma intervenção militar — um Estado de Defesa sob Bolsonaro e a decretação de GLO (Garantia da Lei e da Ordem) já por seu sucessor. Neste caso, havia a expectativa de, colocadas legalmente na rua, tropas se uniriam aos golpistas que depredaram palácios e instituições para consolidar uma nova quartelada. Lula não caiu na armadilha, não convocou os fardados e conseguiu sufocar a última aposta golpista.